

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do semestre findo em 30 de junho de 2018, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No semestre o Banco apresentou um lucro de R\$ 183.055 mil, correspondente a R\$ 32.336,16 por ação, sendo que no segundo semestre de 2017 apresentou lucro de R\$ 97.626 mil. Em 30 de junho de 2018 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 789.864,51 com aumento de 4,20% em relação ao semestre anterior.

Índice de Basileia: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do

Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,27%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.670.889 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 2.367.702 mil.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço:

http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance.

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678 também estão disponíveis no site acima.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 22 de agosto de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	2018	2017	
Circulante		39.343.430	31.224.144	
Disponibilidades		56.540	268.494	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	17.538.584	16.080.023	
Aplicações no mercado aberto		16.230.026	15.026.563	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		112.493	123.265	
Aplicações em moeda estrangeira		1.196.065	930.195	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	12.876.977	9.574.415	
Carteira própria		6.541.931	3.421.019	
Vinculados a compromissos de recompra		1.510.016	1.122.714	
Vinculados à prestação de garantias		2.668.213	3.517.550	
Instrumentos financeiros derivativos		2.156.817	1.513.132	
Relações interfinanceiras e interdependências		106.014	12.268	
Depósitos no Banco Central		105.176	12.249	
Outros		838	19	
Operações de crédito	9	507.668	562.038	
Empréstimo de ações		36.091	119.437	
Setor privado		472.822	443.509	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .		(1.245)	(914)	
Outros créditos		8.254.165	4.722.428	
Carteira de câmbio	11	7.536.363	4.184.293	
Rendas a receber		32.073	14.252	
Negociação e intermediação de valores	10	371.536	176.250	
Diversos	12a	315.135	350.268	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(942)	(2.635)	
Outros valores e bens		3.482	4.484	
Despesas antecipadas		3.482	4.484	
Realizável a longo prazo		3.533.481	2.378.003	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	2.086.739	1.051.561	
Vinculados à prestação de garantias.....		-	161.062	
Instrumentos financeiros derivativos		2.086.739	890.499	
Operações de crédito	9	677.375	267.018	
Setor privado		679.866	268.414	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .		(2.491)	(1.396)	
Outros créditos		769.367	1.059.424	
Diversos	12a	779.132	1.067.605	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(9.765)	(8.181)	
Permanente		1.224.213	1.256.724	
Investimentos		1.084.065	1.114.061	
Participações em controladas no país	13	1.081.893	1.111.889	
Outros investimentos		2.172	2.172	
Imobilizado de uso		134.421	136.936	
Imóveis de uso	14	89.502	89.352	
Outras imobilizações de uso		123.757	119.981	
Depreciações acumuladas		(78.838)	(72.397)	
Intangível	15	5.727	5.727	
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727	
Total do ativo		44.101.124	34.858.871	

Passivo	Nota	2018	2017	
Circulante		31.701.550	26.407.938	
Depósitos	16a	3.876.452	5.246.423	
Depósitos à vista		224.648	128.806	
Depósitos interfinanceiros		1.744.888	1.666.066	
Depósitos a prazo		1.906.916	3.451.551	
Captações no mercado aberto	16b	7.356.965	6.411.780	
Carteira própria		1.499.596	1.118.571	
Carteira de terceiros		5.182.565	5.158.788	
Carteira livre movimentação		645.457	98.989	
Captação COE		29.347	35.432	
Relações interfinanceiras		5.690	7.157	
Recebimentos e pagamentos a liquidar		5.690	7.157	
Relações interdependências		94.294	126.684	
Recursos em trânsito de terceiros.....		94.294	126.684	
Obrigações por empréstimos	17	9.890.561	8.310.206	
Empréstimos no exterior		9.890.561	8.310.206	
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.745.584	1.822.929	
Instrumentos financeiros derivativos		2.745.584	1.822.929	
Outras obrigações		7.732.004	4.482.759	
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		5.831	1.278	
Carteira de câmbio	11	6.979.395	3.822.087	
Sociais e estatutárias		10.209	10.321	
Fiscais e previdenciárias	12b	23.151	133.146	
Negociação e intermediação de valores	10	413.283	298.340	
Diversas.....	12c	300.135	217.587	
Exigível a longo prazo		7.926.794	4.072.980	
Depósitos	16a	4.234.012	2.084.422	
Depósitos interfinanceiros		10.757	-	
Depósitos a prazo		4.223.255	2.084.422	
Captações no mercado aberto	16b	128.611	-	
Captação COE		128.611	-	
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.867.006	1.297.617	
Instrumentos financeiros derivativos		2.867.006	1.297.617	
Outras obrigações		697.165	690.941	
Fiscais e previdenciárias	12b	394.635	393.942	
Diversas.....	12c	302.530	296.999	
Resultados de exercícios futuros		1.357	1.513	
Patrimônio líquido	20	4.471.423	4.376.440	
Capital social		2.453.981	2.453.981	
De domiciliados no país		8.670	8.670	
De domiciliados no exterior		2.445.311	2.445.311	
Reservas de capital		37.624	30.759	
Reservas de lucros		1.801.703	1.734.611	
Lucros acumulados		183.055	158.716	
Ajustes de avaliação patrimonial		-	3.313	
Ações em tesouraria.....		(4.940)	(4.940)	
Total do passivo e patrimônio líquido		44.101.124	34.858.871	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)									
	Reservas de capital			Reservas de lucros					
	Capital social	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2016.....	2.453.981	24.939	5.013	186.407	1.548.204	1.620	-	(4.940)	4.215.224
Atualização de reservas de capital	-	-	807	-	-	-	-	-	807
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.693	-	-	1.693
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	158.716	-	158.716
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	158.716	-	158.716
Em 30 de junho de 2017	2.453.981	24.939	5.820	186.407	1.548.204	3.313	158.716	(4.940)	4.376.440
Em 31 de dezembro de 2017.....	2.453.981	24.939	12.685	199.224	1.602.479	2.686	-	(4.940)	4.291.054
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.686)	-	-	(2.686)
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	183.055	-	183.055
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	183.055	-	183.055
Em 30 de junho de 2018	2.453.981	24.939	12.685	199.224	1.602.479	-	183.055	(4.940)	4.471.423

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 22 de Agosto de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreamento previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): são realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e 4.512 do CMN. **(d) Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos autorais destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para

o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros ativos intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. **(i) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se a créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa gerada no período, bem como aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente: **(i) o crédito tributário de IRPJ** permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados e sobre a base de prejuízo fiscal gerada; e **(ii) o crédito tributário relativo à CSLL** foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários e da base negativa gerada no período. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para valores com previsão de realização até dezembro de 2018 e 15% para valores com previsão de realização a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do semestre com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital do Banco.

4. Gerenciamento de riscos e de capital - O Conglomerado Prudencial J.P. Morgan (Banco J.P. Morgan S.A., JPMorgan Chase Bank, National Association, J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento onde o Banco é cotista exclusivo) ("Conglomerado") possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. **(a) Risco de mercado** - É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado. As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle. **(b) Risco operacional** - É o risco associado a processos internos falhos ou inadequados, falhas humanas ou sistemas, ou eventos externos. Risco operacional inclui o risco de segurança cibernética, continuidade de negócios ou tecnologia, risco de fraudes em pagamentos e terceirização de atividades. O risco operacional é inerente às atividades do Conglomerado e pode manifestar-se de várias formas incluindo atos

fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas regulatórias ou outras penalidades. Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Conglomerado possui um arcabouço de gestão de risco, definido de forma a promover um ambiente efetivo para o controle de riscos. Os componentes principais deste arcabouço são: monitoramento e comunicação, identificação e avaliação, medição e governança. A área de gestão de risco é responsável por preservar o arcabouço acima mencionado além de prover uma supervisão independente, enquanto que as linhas de negócio e as funções corporativas são as áreas responsáveis pela implementação. O Conglomerado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são específicas para este risco e utilizadas em todo o Conglomerado. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados. **(c) Risco de liquidez** - É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de indicador mínimo aplicado aos ativos de alta liquidez do Conglomerado. **(d) Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade das empresas de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. **(e) Gerenciamento de capital** - É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

5. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 56.540 (2017 – R\$ 268.494) e aplicações no mercado aberto com prazo inferior a 90 dias no montante de R\$ 15.979.527 (2017 – R\$ 14.521.847) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		2.723.970	1.543.684
Operações de crédito		53.938	110.168
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.741.414	1.347.031
Resultado de operações de câmbio		213.172	33.610
Resultado de aplicações compulsórias		8.014	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8f	707.432	52.875
Despesas da intermediação financeira		(2.304.536)	(1.149.094)
Operações de captações no mercado		(540.060)	(681.152)
Operações de empréstimos e repasses		(1.760.955)	(468.420)
(Provisão)/Reversão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9e	(3.521)	478
Resultado bruto da intermediação financeira		419.434	394.590
Outras receitas (despesas) operacionais		(189.184)	(209.105)
Receitas de prestação de serviços	23f	214.666	124.061
Despesas de pessoal		(352.839)	(300.561)
Resultado de participações em controladas	13	70.022	75.654
Outras despesas administrativas	23c	(89.225)	(80.577)
Despesas tributárias		(25.279)	(51.799)
Outras receitas operacionais	23d	16.125	50.458
Outras despesas operacionais	23d	(22.654)	(26.341)
Resultado operacional		230.250	185.485
Resultado não operacional		7	(509)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		230.257	184.976
Imposto de renda e contribuição social	19	(37.067)	(15.720)
Provisão para imposto de renda		5.030	(64.440)
Provisão para contribuição social		4.112	(52.094)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		(46.209)	100.814
Participações no lucro	23e	(10.135)	(10.540)
Lucro líquido do semestre		183.055	158.716
Número de ações	20	5.661	5.661
Lucro por ação no final do semestre - R\$		32.336,16	28.036,74

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2018	Valor de mercado em 2017
Títulos para negociação	10.712.631	7.529	10.720.160	8.061.283
Carteira própria	6.539.943	1.988	6.541.931	3.421.019
LFT	30.865	(51)	30.814	287.333
LTN	3.798.166	(696)	3.797.470	231.835
NTN-B	69.495	245	69.740	407.013
NTN-C	331	185	516	134
NTN-F	378.068	2.103	380.171	365.630
Notas promissórias	-	-	-	137.539
Cotas de fundos de investimentos	2.198.729	-	2.198.729	1.984.223
Ações	64.289	202	64.491	7.312
Vinculados à prestação de garantias	2.663.007	5.206	2.668.213	3.517.550
LFT	607.058	(5)	607.053	1.592.602
LTN	97.776	436	98.212	1.763.252
NTN-B	-	-	-	4.138
NTN-C	2.816	349	3.165	3.368
NTN-F	1.924.785	4.426	1.929.211	154.190
Cotas de fundos de investimentos	30.572	-	30.572	-
Vinculados a compromissos de recompra	1.509.681	335	1.510.016	1.122.714
LFT	60.099	(6)	60.093	1.084.689
LTN	730.199	8	730.207	-
NTN-B	170.972	178	171.150	38.025
NTN-F	548.411	155	548.566	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	161.062
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	161.062
LTN	-	-	-	161.062
Total da carteira de TVM	10.712.631	7.529	10.720.160	8.222.345

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimento estão representadas, principalmente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/(Passivo) 2018	Ativo/(Passivo) 2017
Fundo de investimento - exclusivo	2.195.677	1.981.102
Operações compromissadas	2.162.014	1.265.000
Títulos e Valores Mobiliários	169.240	758.434
Ações	189.988	104.674
LTN	610.128	1.317.164
Credores por empréstimos de ações	(701.262)	(690.018)
Direitos por empréstimos de ações	26.614	70.386
Mercado futuro	7.333	(9.835)
Futuro – DI	164	49
Futuro – Dólar	1.083	-
Futuro – Índice	5.748	(9.851)
Futuro – ISP	338	(33)
Outros derivativos	(39.353)	(43.538)
Outros derivativos	(39.353)	(43.538)
Opções	(75.946)	(6.519)
Ações	(11.380)	44.057
Ibovespa	(46.048)	(51.697)
Flexíveis	(18.517)	1.121
Diversos	(27.615)	17.486
Valores a (pagar)/receber	(27.615)	17.486
Disponibilidades	3	74
Outros fundos	33.624	3.121
Total cotas de fundos de investimento	2.229.301	1.984.223

(c) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	2.263.220	3.779.324	172.930	4.544	321.913	6.541.931
Vinculados à prestação de garantias	30.572	-	711.424	1.223.688	702.529	2.668.213
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	833.012	548.566	128.438	1.510.016
Total da carteira – 2018	2.293.792	3.779.324	1.717.366	1.776.798	1.152.880	10.720.160
Total da carteira – 2017	1.991.535	1.550.822	2.254.408	1.190.250	1.235.330	8.222.345

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2018	Valor nominal 2017
Operações de swap	688.114	2.282.906	32.533.106	35.343.328
Taxa de juros	93.303	58.261	1.830.212	6.464.911
Moeda	322.444	1.103.600	15.860.928	18.814.681
Outros	290.078	1.121.045	14.841.966	10.063.736
Ajustes prudenciais ¹	(17.711)	-	-	-
Operações com opções	1.296.295	1.234.363	23.999.750	13.552.387
Compra de opção:	1.296.295	-	12.166.194	6.770.809
Compra de dólar	1.216.690	-	7.489.283	3.815.500
Compra de índice de ação	35.820	-	748.493	155.822
Compra de ação	17.382	-	338.299	254.852
Venda de dólar	23.056	-	3.393.259	2.158.661
Venda de índice de ação	4.037	-	146.130	122.443
Venda de ação	1.799	-	50.730	263.531
Ajustes prudenciais ¹	(2.489)	-	-	-
Venda de opção:	-	1.234.363	11.833.556	6.781.578
Compra de dólar	-	1.118.495	6.201.678	3.786.629
Compra de índice de ação	-	45.826	736.121	158.714
Compra de ação	-	16.663	242.815	227.772
Venda de dólar	-	50.498	4.579.162	2.186.606
Venda de índice de ação	-	256	4.190	173.418
Venda de ação	-	2.625	69.590	248.439
Operações com futuros	124.884	30.146	71.324.255	86.980.986
Posição comprada	123.940	624	34.603.497	36.371.314
Cupom cambial – DDI	49.302	-	9.762.416	7.535.138
DI de 1 dia	17.602	46	16.977.709	25.871.206
Moedas	56.538	-	6.321.627	2.338.840
Cupom IPCA	498	578	1.541.745	626.130
Posição vendida	944	29.522	36.720.758	50.609.672
Cupom cambial – DDI	-	5.594	1.545.448	2.383.326
DI de 1 dia	201	23.451	34.625.167	48.188.062
Moedas	720	193	39.927	38.284
Cupom IPCA	23	200	510.216	-
Índice	-	84	-	-
Operações a termo	918.090	918.280	917.970	911.940
Posição comprada - títulos	460.532	460.412	460.412	457.122
Posição vendida - títulos	457.558	457.868	457.558	454.818
Outros derivativos	1.341.057	1.177.041	27.951.534	23.871.242
Moedas	1.301.292	1.152.410	26.986.029	22.995.047
Commodities	1.504	1.488	54.386	-
Outros	39.353	23.143	911.119	876.195
Ajustes prudenciais ¹	(1.092)	-	-	-

1 Referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)). Os valores a receber e a pagar de operações de swap, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2018	Valor de mercado 2017
Ativo	3.722.061	521.495	4.243.556	2.403.631
Operações de swap	754.922	(66.808)	688.114	767.309
Operações a termo	917.970	120	918.090	912.161
Prêmio de opções	856.715	439.580	1.296.295	241.168
Outros derivativos	1.192.454	148.603	1.341.057	421.110
Passivo	5.295.960	316.630	5.612.590	3.120.546
Operações de swap	2.469.972	(187.066)	2.282.906	1.197.488
Operações a termo	917.970	310	918.280	912.101
Prêmio de opções	860.917	373.446	1.234.363	240.603
Outros derivativos	1.047.101	129.940	1.177.041	770.354

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2018	Total 2017
Operações de swap	1.633.409	13.674.362	6.093.053	11.132.282	32.533.106	35.343.328
Operações com opções - comprada	1.359.594	4.437.856	3.565.855	2.802.889	12.166.194	6.770.809
Operações com opções - vendida	1.327.500	4.342.559	3.360.608	2.802.889	11.833.556	6.781.578
Operações de futuros - comprada	7.190.877	14.315.968	7.739.379	5.357.273	34.603.497	36.371.314
Operações de futuros - vendida	12.712.152	13.409.514	7.036.521	3.562.571	36.720.758	50.609.672
Operações a termo - comprada	-	308.822	17.288	134.302	460.412	457.122
Operações a termo - vendida	-	313.741	24.529	119.288	457.558	454.818
Outros derivativos	9.996.746	6.836.503	8.633.020	2.485.265	27.951.534	23.871.242

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip/Selic)	Total 2018	Total 2017
Operações de swap	6.263.858	26.269.248	32.533.106	35.343.328
Operações com opções - comprada	177.901	11.988.293	12.166.194	6.770.809
Operações com opções - vendida	34.406	11.799.150	11.833.556	6.781.578
Operações de futuros - comprada	34.603.497	-	34.603.497	36.371.314
Operações de futuros - vendida	36.720.758	-	36.720.758	50.609.672
Operações a termo - comprada	-	460.412	460.412	457.122
Operações a termo - vendida	-	457.558	457.558	454.818
Outros derivativos	-	27.951.534	27.951.534	23.871.242

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidações	Total 2018	Total 2017
Operações de swap	-	17.141.529	2.304.035	6.823.684	6.263.858	32.533.106	35.343.328
Operações de opções	359.949	12.576.169	3.759.098	7.304.534	-	23.999.750	13.552.387
Operações de futuros	-	-	-	-	71.324.255	71.324.255	86.980.986
Operações de termo	-	431.169	74.812	411.989	-	917.970	911.940
Outros derivativos	25.373	20.631.410	1.015.938	6.548.813	-	27.951.534	23.871.242

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2018	Resultado líquido 2017
Operações de swap	(534.923)	87.803
Operações de opções	103.115	4.703
Operações de futuros	798.073	(110.318)
Operações a termo	(1.277)	226
Outros derivativos	342.444	70.461

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais que totalizam R\$ 2.637.641 (2017 - R\$ 3.678.612), registradas como vinculados à prestação de garantias.

9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R\$ 448.050 (2017 - R\$ 562.258), títulos descontados no montante de R\$ 210.464 (2017 - R\$ 127.863), financiamentos no montante de R\$ 494.174 (2017 - R\$ 21.802) e empréstimos de ações no montante de R\$ 36.091 (2017 - R\$ 119.437) classificados em Operações de crédito e por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R\$ 558.687 (2017 - R\$ 354.548), classificados em carteira de câmbio.

(a) Concentração de crédito

	2018	2017
Principal devedor	363.289	128.544
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	21%	11%
Dez maiores devedores	1.142.958	815.306
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	65%	69%

(b) Composição por segmento e setor econômico

	2018				
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	25.362	332.470	291.783	-	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	137.696	469.113	10.283	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	363.289	108.570	-
Pessoa física – outros	-	-	-	-	8.900
Total	163.058	801.583	665.355	108.570	8.900

	2017				
	Comércio	Indústria	Serviços	Instituição financeira	Pessoa física
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	22.265	310.708	240.454	102.223	-
Pessoa jurídica – importação e exportação	138.001	132.095	106.254	-	-
Pessoa jurídica – outros	-	-	-	119.437	-
Pessoa física – outros	-	-	-	-	14.456
Pessoa física – consignado	-	-	-	-	15
Total	160.266	442.803	346.708	221.660	14.471

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	2018		
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	390.045	22.572	236.998
Pessoa jurídica – importação e exportação	344.239	265.753	7.100
Pessoa jurídica – outros	36.091	-	435.768
Pessoa física – outros	8.900	-	-
Total	779.275	288.325	679.866

	2017		
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Pessoa jurídica – capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	295.098	112.138	268.414
Pessoa jurídica – importação e exportação	312.913	63.437	-
Pessoa jurídica – outros	119.437	-	-
Pessoa física – outros	2.017	12.439	-
Pessoa física – consignado	15	-	-
Total	729.480	188.014	268.414

(d) Composição por nível de risco

2018			2017	
Nível de risco	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
AA	910.986	-	696.107	-
A	737.130	3.685	284.810	1.424
B	99.350	993	136.847	1.369
C	-	-	66.597	1.997
D	-	-	1.547	155
Total	1.747.466	4.678	1.185.908	4.945

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

14. Imobilizado de uso: “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.298 (2017 – R\$ 43.148) e terrenos, no valor de R\$ 46.204 (2017 – R\$ 46.204). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 84.793 (2017 – R\$ 61.355), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 35.352 (2017 – R\$ 35.435).

15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2017 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2017 – R\$ 2.500).

16. Depósitos e captações

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total 2018	Total 2017
Depósitos à vista	224.648	-	-	-	224.648	128.806
Depósitos interfinanceiros	644.209	1.100.679	10.757	-	1.755.645	1.666.066
Depósitos a prazo	986.929	919.987	2.369.482	1.853.773	6.130.171	5.535.973
Total	1.855.786	2.020.666	2.380.239	1.853.773	8.110.464	7.330.845

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2018	Total 2017
Operações compromissadas carteira própria	1.499.596	-	-	1.499.596	1.118.571
Operações compromissadas carteira de terceiros	5.182.565	-	-	5.182.565	5.158.788
Operações compromissadas carteira livre movimentação	645.457	-	-	645.457	98.989
Captações COE	2.961	26.386	128.611	157.958	35.432
Total	7.330.579	26.386	128.611	7.485.576	6.411.780

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 9.890.561 (2017 – R\$ 8.310.206) com vencimentos entre julho de 2018 e abril de 2019 e taxas de juros que variam de 1,1% até 2,56% ao ano. Em junho de 2017, as operações possuíam vencimento até fevereiro de 2018 e taxas de juros entre 0,474% e 1,06% ao ano. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2018, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma redução líquida de R\$ 15.328 (2017 – aumento líquido de R\$ 1.957).

18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	638.335	787.039	394.635	393.942
Cíveis	21.656	21.596	104.433	121.426
Trabalhistas	13.246	19.813	40.199	40.653
Total	673.237	828.448	539.267	556.021

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total 2018	Total 2017
	Cíveis	Trabalhistas				
Saldo inicial	100.154	39.307	441.711	581.172	538.114	
Despesas financeiras – juros	4.279	1.189	5.649	11.117	16.926	
Constituições	-	2.490	-	2.490	5.932	
Anistia	-	-	(21.941)	(21.941)	-	
Reversões	-	(768)	(919)	(1.687)	(940)	
Pagamentos	-	(2.019)	(29.865)	(31.884)	(4.011)	
Saldo final	104.433	40.199	394.635	539.267	556.021	

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro de 2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes** - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 115.179 (2017 – R\$ 172.812); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 50.615 (2017 – R\$ 117.174); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 881 (2017 – R\$ 851); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 39.559 (2017 – R\$ 34.052); e (v) outros casos que totalizam R\$ 7.403 (2017 – R\$ 9.441) **(e) Ações trabalhistas** - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 172.619 (2017 – R\$ 135.767). **(f) Ações cíveis** - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 551 (2017 – R\$ 1.552).

19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018	2017
Diferenças temporárias	197.403	362.434
Contingências	46.994	51.491
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.302	8.783
Provisão para honorários advocatícios	5.576	5.095
Provisão para pagamentos a funcionários	37.105	35.964
Marcação a mercado – TVM e derivativos	35.136	206.200
Unidades de ações restritas – RSU	58.048	51.436
Outros	5.242	3.465
Prejuízos fiscais e base negativa	149.904	-
Total de créditos tributários – ativo	347.307	362.434
Total de créditos tributários – passivo	-	(2.209)

No semestre foi constituído crédito tributário de R\$ 37.200 (2017 - R\$ 181.130) sobre diferenças temporárias e R\$ 149.904 sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 233.313 (2017 - R\$ 81.321) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 347.307 é estimada em 60% no 1º ano, 9% nos 2º e 3º anos, 5% no 4º ano, 2% do 5º ao 7º ano, 3% nos 8º e 9º anos e 5% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 282.250 (2017 – R\$ 258.351). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social monta a R\$ 40.238 (2017 – R\$ 54.380). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	220.122	174.436
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(99.055)	(78.496)
Resultado de participação em controladas	31.510	34.044
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.893)	(1.260)
Compensação ativo fiscal diferido	-	50.224
Efeito CSLL (5%)	21.360	(22.259)
Outros	12.011	2.027
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	61.988	62.776
Resultado de IRPJ e CSLL no semestre	(37.067)	(15.720)

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 5.661 (2017 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2017 – 5.470) ordinárias e 191 (2017 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade de dividendos observando o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2018		2017	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	47.867	-	268.381	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	47.867	-	4.669	-
JP Morgan Chase Bank National Association	-	-	263.711	-
JP Morgan Chase Bank China CO LTD	-	-	1	-
Aplicação em moeda estrangeira	1.196.065	23.582	930.195	4.533
JP Morgan Chase Bank National Association	1.196.065	23.582	930.195	4.533
Instrumentos financeiros derivativos	(8.720)	(61.045)	(146.122)	327.230
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(427)	2.550	(8.478)	(4.710)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	416.653	(63.595)	(137.644)	331.940
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	(424.946)	-	-	-
Serviços prestados a receber	28.591	117.849	9.053	59.852
JP Morgan Asset Management (Europe)	122	900	218	732
JP Morgan Chase Bank National Association	15.656	28.271	2.475	16.081
JP Morgan Securities LLC	4.643	40.722	605	11.117
JP Morgan Securities PLC - Paris Branch	-	6.538	87	87
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	944	5.086	1.195	5.356
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	2.200	11.834	1.227	7.479
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	105	629	123	629
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	3.839	22.798	3.123	18.371
J.P. Morgan (SUISSSE) S.A.	14	14	-	-
JPMCB NY Branches	1.068	1.057	-	-
Outros valores a receber/(a pagar)	(1.823)	(4.646)	-	-
J.P. Morgan Securities LLC	88	132	-	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	2.853	98	-	-
JPMorgan Corp. Financiera	-	(127)	-	-
JPMCB NY Branches	(4.764)	(4.749)	-	-
Depósitos à vista	(98.896)	-	(2.867)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	(986)	-	(268)	-
Gaborone Participações Ltda	(320)	-	(62)	-
JPM Gávea Gestão de Patrimônio Ltda	(461)	-	(76)	-
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(1.871)	-	(1.455)	-
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(181)	-	(249)	-
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	(508)	-	(222)	-
JP Morgan Investimentos e Finanças Ltda	(525)	-	(165)	-
Norchem Holdings e Negocios S.A.	(134)	-	(90)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(152)	-	(9)	-
OEP Brasil Ltda	(262)	-	(11)	-
HCM Participações Brasil Ltda	(93.428)	-	(133)	-
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(1)	-	(90)	-
JP Morgan Overseas Capital LLC	(67)	-	(37)	-
Depósitos a Prazo	(1.462.697)	(67.621)	(1.427.300)	(24.298)
OEP Brasil Ltda	(2.501)	(79)	(2.734)	(142)
Lawton Multimercado Exclusivo - FI	(1.400.459)	(62.744)	(1.304.577)	(18.220)
Gaborone Participações Ltda	(2.186)	(71)	(2.385)	(124)
JPM Gávea Gestão de Patrimônio Ltda	(22.523)	(695)	(22.597)	(1.175)
JPM Administradora de Carteiras do Brasil	(31.804)	(1.222)	(21.531)	(1.195)
HCM Participações Brasil Ltda	(3.224)	(2.810)	(73.476)	(3.442)
Depósitos interfinanceiros	(1.744.887)	(67.622)	(1.666.066)	(118.681)
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(953.439)	(37.920)	(833.907)	(67.846)
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(451.329)	(18.136)	(489.290)	(31.173)
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	(340.119)	(10.481)	(342.869)	(19.662)
Obrigações por operações compromissadas	(4.509.970)	(118.602)	(5.012.360)	(213.917)
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(47.204)	(2.175)	(156.600)	(1.699)
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	(64.704)	(725)	(21.999)	(1.074)
Lawton Multimercado Exclusivo – FI	(4.379.161)	(114.960)	(4.796.364)	(210.256)
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	(18.901)	(742)	(37.397)	(888)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(9.890.561)	(81.223)	(8.303.130)	(39.673)
JP Morgan Chase Bank. National Association	(9.890.561)	(81.223)	(8.303.130)	(39.673)
Negociação e intermediação de valores	(1.015)	2.940	(14.486)	2.452
J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	(584)	(278)	(14.413)	(455)
JP Morgan Overseas Capital LLC	(431)	3.218	(73)	2.907
Operações de Câmbio	4.043	4.099	211	6.957
JP Morgan Chase Bank – São Paulo Branch	4.043	4.099	211	6.957
Despesa de pessoal	(145.740)	(27.357)	(143.399)	(20.970)
JPMorgan Chase & CO.	(145.740)	(27.357)	(143.399)	(20.970)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no semestre com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Salários e encargos	11.997	13.438
Participação nos lucros e gratificações	27.086	32.385
Encargos sobre gratificações	9.223	11.875
Planos de aposentadoria e pensão	714	774
Outros benefícios	706	641

22. Benefícios: (a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 9.063 (2017 – R\$ 8.540) para o Fundo. **(b) Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2018	Valores em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2018	523.499	34.725
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	113.280	12.703
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(231.865)	(13.589)
Transferência/saída de funcionários	(9.214)	(798)
Ações em circulação em 30/06/2018	395.700	33.041

	2017	Valores em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2017	718.698	40.178
Ações outorgadas durante o semestre (<i>granted</i>)	158.317	13.297
Ações entregues no semestre (<i>vested</i>)	(316.792)	(17.373)
Transferência/saída de funcionários	3.945	229
Ações em circulação em 30/06/2017	564.168	36.331

Não houve repagamentos à matriz durante o primeiro semestre de 2018 e 2017 (Nota 3 (i)).

O valor do passivo em 30 de junho de 2018, incluindo encargos sociais, é de R\$ 190.535 (2017 – R\$ 184.123). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R\$ 41.776 (2017 – R\$ 36.073), incluindo os encargos sociais.

23. Outras informações: (a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 19.768.585 (2017 – R\$ 34.315.900). **(b)** Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 1.299.065 (2017 – R\$ 1.422.760). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 219 (2017 – R\$ 380). **(c)** “Outras despesas administrativas” referem-se às contas apresentadas no quadro abaixo:

	2018	2017
Despesas de serviços com o sistema financeiro	29.946	25.471
Despesas com serviços de terceiros.....	9.411	9.362
Despesas com viagens	6.859	6.404
Despesas com sistemas e tecnologias	4.848	4.913
Despesas com manutenção e conservação.....	2.174	3.010
Despesas de comunicação	4.492	3.573
Despesas com aluguel	4.921	4.914
Despesas de depreciação e amortização	7.941	7.557
Despesas diversas	18.633	15.373
Total	89.225	80.577

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 24 de agosto de 2018.

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Conglomerado"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco J.P. Morgan S.A. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de junho de 2018, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Conglomerado as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Conglomerado, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras,

o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Conglomerado, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018